

Resenha

Sete Estudos sobre a Agricultura Familiar do Vale do Jequitinhonha

Antonio César Ortega¹

Eduardo Magalhães Ribeiro (Organizador). Porto Alegre: UFRGS, 2013.

A obra organizada pelo professor Eduardo Magalhães Ribeiro² é resultado de pesquisas desenvolvidas ao longo de uma década junto a agricultores do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e seu conteúdo revela a interdisciplinaridade acadêmica de seu organizador. Entre os títulos recebidos por ele da Academia encontramos os de economista e historiador, mas que, no *ramerrão* (para lembrar Guimarães Rosa, uma das paixões literárias do professor Eduardo) da prática de pesquisa, aparecem ainda o cientista social, o cientista político, o demógrafo, o geógrafo e o antropólogo. Articulando o conhecimento produzido na universidade com saberes tradicionais dos agricultores, uma relação sempre problemática, principalmente, quando se trata de camponeses, desde a Introdução, Eduardo Ribeiro dá voz aos lavradores que, na maioria das vezes, avaliam que “a produção técnica e científica das universidades tem pouco ou nenhuma serventia para eles” (p. 17), pois estão voltadas geralmente para os grandes negócios rurais. Visa-se, portanto, em cada um de seus capítulos, a superar esse distanciamento, físico e de interesses, apresentando resultados de experiências que aproximam a pesquisa e a extensão rural no Vale do Jequitinhonha, “até o ponto de fundir” uma na outra.

A interdisciplinaridade que orienta as pesquisas coordenadas pelo professor Eduardo propicia a incorporação de profissionais de diferentes formações acadêmicas às suas equipes e reflete-se nos estudos reunidos na obra recém-publicada. Toda essa interdisciplinaridade deve despertar o interesse por essa obra por um público bastante amplo, que se encontra no campo das ciências humanas, sociais aplicadas e ciências da terra. Assim, o trabalho interessa a economistas, sociólogos, historiadores, antropólogos, geógrafos, administradores rurais, agrônomos e extensionistas rurais.

O Vale do Jequitinhonha é uma região peculiar. Como nos chama a atenção Eduardo Ribeiro na Introdução, sua agricultura de produção familiar “começou a se firmar nas suas grotas desde o século XVIII, sobreviveu ao período da mineração, às crises da lavoura exportadora, ao assédio da grande fazenda de gado, à centralização dos mercados nacionais e à circulação mundial de mercadorias”. (p. 19) Exemplo interessante, portanto, de resistência ao processo de desterritorialização provocado pelo modelo de modernização da agricultura brasileira e pelo aprofundamento da chamada globalização.

A produção daquela sociedade camponesa, assentada em um acesso à terra bem distribuído, conseguiu criar sistemas produtivos bastante adaptados, calcados não apenas no autoconsumo, mas, também, nos mercados locais. Nesse sentido, chama a atenção o organizador da obra, que essa forma de organização constituiu valores associados à soberania alimentar, por meio de redes próprias de apoio e solidariedade. Tudo isso, entretanto, não nos permite pensar que o Vale do Jequitinhonha tenha permanecido isolado. As recentes políticas públicas governamentais, particularmente, os programas federais de combate à pobreza, de segurança alimentar e de desenvolvimento territorial tiveram no Vale um espaço prioritário de intervenção. Nesse sentido, estão presentes na obra as três instituições fundamentais de redistribuição da riqueza no capitalismo apontadas no clássico *A Grande Transformação* por Karl Polanyi: o mercado, o Estado e a solidariedade.

A obra, conforme registra o próprio organizador, realiza, ainda, três esforços, que perpassam todos os sete capítulos: o de “*inculturar*” a universidade, o de compreender a demanda social

¹Professor Associado IV do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. ✉acortega@ufu.br

²Depois de muitos anos na Universidade Federal de Lavras, o Professor Eduardo M. Ribeiro agora se encontra no ICA/UFMG, no Campus de Montes Claros, mais próximo de seu Vale.

traduzida por agências de desenvolvimento enraizadas no local e, por último, o de descobrir o lugar do pesquisador “num rural camponês e tradicional que a todo momento cobra uma tomada radical de posição”. (p. 20) O que, como o próprio organizador reconhece, “torna estreita a faixa que separa a pesquisa da militância, a assessoria do protagonismo e a extensão universitária do puro aprendizado das técnicas tradicionais.” (p. 20)

Interessante observar que, apesar de tratar-se de coletânea de artigos elaborados ao longo de uma década, de 1998 a 2008, sua estrutura não deixa de seguir um fio condutor que guia o autor do início ao fim. Assim, os capítulos vão revelando o papel da agricultura familiar em temas fundamentais, como estrutura fundiária, recursos hídricos, exploração de madeira de maneira intensiva em grandes propriedades e o emprego, a importância dos programas públicos de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento e a comercialização da produção familiar por meio de feiras. Todos esses temas tem na busca da caracterização do processo de desenvolvimento regional seu objetivo maior, numa perspectiva questionadora quanto à difusão de padrões produtivos hegemônicos que subordinam os agricultores familiares às cadeias agroindustriais que, nem sempre, implicam na redução da pobreza. Assim, a luta dos agricultores familiares no Vale do Jequitinhonha, por meio de ricas teias de organizações sociais e políticas, tem representado uma particular experiência de resistência.

Em quase duas décadas, no Brasil, o tema do desenvolvimento territorial rural vem recebendo atenção do meio acadêmico, de organismos multilaterais e de políticas públicas. Nessa obra, o que se evidencia é que o processo de desenvolvimento territorial, apesar de poder se beneficiar de políticas governamentais definidas e implementadas desde cima, dos governos centrais, não pode deixar de considerar reivindicações desde baixo, mesmo porque, trata-se de uma sociedade de “uma resiliência extraordinária, construída ao longo de séculos de enfrentamento e negociações, num duro aprendizado de resistência na adversidade.” (p. 144)

Outras virtudes são encontradas, ainda, na obra. Merece registro, por exemplo, a superação da maneira dicotômica com que o rural e o urbano costumam se tratar, viés comum na maioria dos estudos acadêmicos que se preocupam com aquela relação. Nos capítulos da obra, por exemplo, o rural não constitui apenas setor econômico, o agropecuário, mas, sim, é entendido como espaço, fundamental para que se compreenda sua forma de organização. Por sua vez, a relação rural-urbana é estreitada na canalização da produção rural, de produtos primários *in natura* e da agroindústria familiar rural, às feiras livres, cuja organização é resultado da concertação entre organizações públicas e a sociedade civil, envolvendo agricultores, consumidores e agentes de desenvolvimento.

Logo, em seu primeiro capítulo, os autores analisam, em uma perspectiva histórica, a constituição e a dinâmica das unidades familiares, com relação aos temas terra, sistemas produtivos e migrações. Como ressaltado, apesar do aspecto comum entre as três unidades que se divide o Vale (Alto, Baixo e Médio), o de ter visto passar ao largo na maioria das unidades produtivas a transformação tecnológica sofrida por boa parte da agricultura brasileira ao incorporar a revolução verde, pode-se identificar diferenças. O Baixo Jequitinhonha, onde “o Vale se alarga” em planícies ou “num ondulado suave de colinas”, se caracteriza pela “comodidade” da exploração da pecuária de corte extensiva, de produtividade declinante. Mais acima, no sentido da cabeceira do rio, numa porção mais acidentada, no Alto e Médio Jequitinhonha, fica o domínio do Cerrado e a predominância dos agricultores familiares, com sua produção de “*mantimentos*” e da indústria rural doméstica. Ali se encontra, ainda, em suas chapadas, “como enclave da revolução verde”, a produção de eucaliptais. Esse capítulo, portanto, apresentando suas formas de constituição e a dinâmica das unidades familiares, visa conformar “um roteiro básico” para apresentar ao leitor o Vale, por meio do resgate de sua história, seus recursos, suas técnicas e os processos migratórios proporcionados nas últimas décadas.

Um dos temas que tem gerado muitas disputas entre populações tradicionais nos últimos anos é o dos recursos hídricos, e é apresentado no capítulo dois. Esses conflitos vem ocorrendo em virtude da construção de barragens, da privatização de fontes, de cotas de captação, consumo excessivo pelos irrigantes e de delimitação de áreas de conservação para consumo urbano.

Exatamente por isso é que o tema água está cada vez mais presente nas pautas reivindicativas dos agricultores familiares. Toda a conflitividade gerada pelo acesso aos recursos hídricos na região passa a estar inserida nos marcos mais gerais da Política Nacional de Recursos Hídricos, de 1997, que transformou o recurso em bem econômico, quese choca com o entendimento de populações rurais, “que compreendem água numa perspectiva inteiramente diferente”.

O terceiro capítulo trata da questão da regulação do acesso aos recursos naturais em comunidades de áreas rurais, particularmente, no Jequitinhonha. O tema dos bens comuns e dos direitos associados já rendeu um prêmio Nobel de Economia para Elinor Ostrom, uma das referências teóricas do estudo, e aqui é tratado com grande profundidade por Eduardo, a pesquisadora Flávia Galizoni e demais membros da equipe. Ao realizar esse estudo, os autores deixam lições aos planejadores do desenvolvimento e extensionistas, ao mostrar que “conhecer o terreno é, ao mesmo tempo, condição para normatizá-lo, para criar sistemas produtivos adaptados e para descobrir novas fontes de recursos” (p. 90).

No quarto capítulo, os autores tratam de um tema também extremamente importante para o Vale do Jequitinhonha, o do reflorestamento na região por meio dos eucaliptais. Nele, abordando aspectos sociais, econômicos e ambientais, os autores fazem um resgate histórico da ocupação da região com eucaliptos, fortemente incentivada pelo Estado, durante os governos militares, para abastecer a indústria siderúrgica, um setor estratégico para o governo. Entretanto, mesmo com o fim daquele regime, a silvicultura na região continuou expandindo-se e, cada vez mais, fazendo uso da mecanização no processo produtivo, o que tem reduzido a demanda por força de trabalho, reforçando dessa maneira a dualidade entre as empresas que não emprega e a agricultura familiar não capitalizada, e que levou os autores a concluir que esse é um “caso exemplar para refletir sobre políticas para o desenvolvimento rural e para sugerir alternativas ao modelo baseado na grande unidade de produção, que se revelou nesta região um instrumento ineficaz para combinar desenvolvimento, equidade e riqueza.” (p. 108)

No quinto capítulo encontramos um estudo dos programas públicos de desenvolvimento rural, particularmente, pós-1970, quando a região é identificada por sua excelência de pobreza. Torna-se, assim, alvo preferencial de programas de desenvolvimento rural e inclusão social. No contexto dos anos 1970, com a criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale) foram abertas linhas de crédito e criados programas de apoio ao reflorestamento, numa perspectiva de *modernização* de uma economia estagnada por meio do crescimento econômico. Os anos 1980, refletindo a própria crise por que passava o país, há um retorno ao rural, que fortalece os movimentos sociais e as demandas da agricultura familiar. Essas demandas dão alguns passos no contexto de meados da década de 1990, com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, principalmente, nos anos 2000, com a criação do Programa Fome Zero do MDS e dos Territórios Rurais do MDA. Apesar das críticas quanto o andamento desses programas, os autores chamam a atenção para o caráter contraditoriamente inovadores dessas experiências, pois, apesar de “serem em maioria insucessos ou sucessos parciais, as plenárias [de seus conselhos obrigatoriamente constituídos] funcionam como espaço de exercício de direitos que se manifestam no fórum de muitos municípios e que por isso acabam criando forças para se manifestar também na esfera municipal.” Numa palavra, fortalece-se, com esses programas, o chamado capital social, que se constitui na base da sociedade tradicional, “que também por isso vai continuar a se reproduzir”. (p. 123)

No sexto capítulo temos o âmbito da circulação, em que se ouve “o ruído das feiras”, tratado por Fernand Braudel em “Os Jogos das trocas”, tomo segundo de seu *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*, para apreender o espaço da circulação, onde tudo é agitação e movimento. Essas feiras, como nos chamam a atenção os autores, fazem parte da economia e da cultura do Vale, presentes em todas as cidades e realizadas aos sábados. Elas “abastecem cidades pequenas e distantes das rotas de distribuição de alimentos, escoam a produção dos lavradores e aquecem o comércio urbano com as compras dos feirantes.” (127) E, como nos chama a atenção Braudel (2009:12): “Mesmo que elementar, é o lugar predileto da oferta e da

procura, do recurso a outrem, sem o que não haveria economia no sentido comum da palavra, mas apenas uma vida “encerrada” (o inglês diz *embedded*) na autossuficiência ou na não-economia. O mercado é uma libertação, uma abertura, o acesso a outro mundo.”

Por último, no sétimo capítulo, encontramos um estudo de um tema sempre muito “delicado”, o da tomada de terras comuns. Nele é tratado o tema da privatização de campos comuns em quatro regiões de Minas Gerais, não apenas no Vale do Jequitinhonha, mas, também, no Alto Paranaíba, nos campos da Mantiqueira e no alto-médio São Francisco. Nessas regiões mineiras, com exceção da Mantiqueira, encontramos populações tradicionais excluídas da integração mercantil. Nelas são retratadas as experiências de introdução da modernização agrícola, da instituição da grande propriedade em terras de cerrado, os cercamentos mineiros.

Essa obra de caráter interdisciplinar, apesar de tratar de um tema especializado, como é o caso do desenvolvimento territorial rural, particularmente, no Vale do Jequitinhonha, não deixa de representar um esforço em se compreender aspectos gerais do desenvolvimento global. Ao abordar as especificidades de uma realidade de economia deprimida, lança luz sobre a necessidade de reconhecer-se a heterogeneidade em tempos de globalização. Nesse sentido, deve-se reconhecer que a obra ganha contornos universais.

Referências

Braudel, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV e XVIII.** Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Ostrom, E. **Governing the commons.** New York: Cambridge University Press, 1990.

Polanyi, K. **A Grande Transformação.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. (12^a reimpressão)